

'Consciência negra não é do negro; é de toda sociedade', diz Ademir José da Silva

Por Isadora Stentzer  
isadora.stentzer@cp.com.br

Antes da promulgação da lei que assegurou cotas para estudantes negros em 2010, Ademir José da Silva já havia conduzido uma pesquisa abordando o tema, fornecendo uma argumentação jurídica e constitucional em prol da medida. Foi em 2008, e nesse ponto, ele já encontrava um referencial na luta pela comunidade negra, que se tornou o alicerce de seu trabalho. Para Ademir, a defesa de políticas afirmativas para a população negra representa um dos caminhos essenciais para atenuar os impactos decorrentes dos 400 anos de escravidão enfrentados por essa população.

Com uma sólida formação, Ademir atualmente faz parte da Comissão da Verdade pela Escravidão e é advogado da OAB de Campinas. Já às vésperas de mais um 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, ele afirma: "A Consciência Negra não pertence apenas aos negros, mas à sociedade brasileira como um todo".

Nesta entrevista, realizada a convite do presidente-executivo do Correio Popular, Italo Hamilton Barioni, Ademir reflete sobre o racismo estrutural, compartilhando experiências em que foi vítima dele e deposita suas esperanças em um futuro mais inclusivo por meio do engajamento na luta antirracista. Orientado pelo lema "Como posso combater o racismo hoje?", ele destaca os pequenos avanços observados no país e no município em relação à violência contra a população negra, destacando como ações coletivas e iniciativas educacionais podem reverter o racismo ao longo da história.

Qual é a sua cidade natal?

Sou natural de Paranaíba, Mato Grosso do Sul, tendo nascido na Fazenda Cachoeira, localizada no município de Paranaíba. Meus pais eram oriundos de Minas Gerais, especificamente da região do Triângulo Mineiro, assim como meus avós. Meu avô, um habilidoso artesão, dedicava-se à construção de carroças, casas e até mesmo a produção de caibéis. Admira profundamente seu trabalho, especialmente por sua habilidade em abater porcos de forma humanitária. Meu avô desempenhava também o papel de carreiro, viajando até o interior de São Paulo para buscar sal, uma jornada que consumia cerca de 40 a 50 dias entre lá e volta. Esse sal era destinado à alimentação do gado e das famílias locais. Na época, não possuíamos propriedades, terras arrendatárias, tendo que alugar terras para o cultivo de cana-de-açúcar, embora me viviassemos em uma fazenda de cana-de-açúcar datada de 1902, que se tornou o ponto de convergência das famílias na ausência de propriedade própria. No entanto, a falta de propriedade implicava em desafios, pois éramos obrigados a arrendar terras para plantar cana. Na ausência do Código Civil e do Ato de Independência, as crianças eram inseridas precocemente no trabalho. Aos quatro ou cinco anos, já contribuíamos para as atividades na fazenda. Aos sete anos, meu pai nos colocava sobre cavalos para levar leite à cidade, revelando sua ansiedade ao superar as adversidades. Como o primogênito entre oito irmãos biológicos e dois adotivos, totalizando uma família de dez filhos, a educação formal era um desafio. Inicialmente, meu pai contratou um professor particular para nós, e posteriormente, estabeleceu uma sala de aula em nossa casa para atender cerca de 20 crianças da comunidade. Contudo, essa escola não seguia a formalidade educacional padrão. A falta de uma escola na fazenda levou-me, aos 13 anos, a ingressar em uma escola de semi-internato nos padres chamada Patronato de Menores São José. Nessa instituição, destinada principalmente aos filhos de fazendeiros, eu e outros três éramos os externos, podendo estudar na escola e retornar para casa. Essa experiência foi marcada por peculiaridades, pois na época, a sociedade tinha em Pelé um ícone a ser seguido, e minha falta de interesse no futebol desagrada o pai. Apesar das expectativas, o padre Bernardo Moreira compreendeu minha posição, inclusive em relação à minha religião, dispensando-me das aulas de religião e concedendo-me nota máxima. Esse episódio exemplifica a importância da tolerância religiosa, e guardo com carinho essa atitude, que contribuiu para a semente da busca pela tolerância religiosa que defendo hoje. Avançando nos estudos, fui promovido para o terceiro ano antes mesmo de completar o segundo, graças à minha dedicação. Posteriormente, ao concluir o ginsínio, percebi que eu era o único estudante negro em minha turma. Essa tolerância persistiu até minha formatura em Direito na PUC, onde, mais uma vez, destaquei-me como o único negro na turma.

Durante esse período, o senhor já possuía consciência das questões raciais que defende atualmente, ou essa consciência se desenvolveu nessa época?

Eu possuía essa consciência, embora fosse mais uma percepção do que um entendimento pleno. Nunca, por exemplo, que toda cidade geralmente dispõe de um Rotary Club, um clube de futebol ou um clube local, como um clube atlético, certo? O nosso equivalente ao Clube Atlético Paranaibense. Durante os períodos de carnaval, recordo-me de nossa vontade, típica de crianças, de participar dessas atividades, porém, não éramos capazes de fazê-lo.

Qual era a razão pela qual não permitiam?

Não éramos admitidos. Mas eu não percebia isso plenamente. Sempre havia informações



Durante a formatura em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Ademir José da Silva percebeu que era o único negro da turma

ENTREVISTA

Para Ademir, consciência negra vale para todos

Advogado defende esse caminho como forma de reparar a escravidão

contraditórias. Para namorar as meninas, também havia requisitos específicos. Eu percebia que me encaixava nesses requisitos, mas havia um "senão" que eu não compreendia totalmente. Ao concluir o ginsínio, planejava cursar Medicina. Estava indeciso entre ir para Londrina, onde alguns amigos estudariam, e Campinas, onde dois colegas tinham planos de estudar. Um deles tinha uma tia, a senhora Lucia Melo, que o ajudava a estudar aqui. O outro era o Hélio. Foi assim que viemos nós dois. Em 1971, chegamos a Campinas. Nesse período, eu já havia aprendido o ofício de alfaiate e trabalhava como alfaiate, confeccionando calças. Comecei a trabalhar como alfaiate em Campinas. Lembro-me de que Dandão, também conhecido como Antônio João, estudava no Colégio Gênesis. Eu e Hélio optamos por Anápolis de Freitas, que ficava na Doutor Quirino na época. Morávamos próximo ao Edifício Milão, na Droxônia Maia. O primeiro episódio de discriminação ocorreu quando fui entrar no edifício, e o porteiro insistiu que eu utilizasse o elevador de serviço. Recusei. Ele já me rotulou pela aparência. Outro episódio ocorreu quando quis me associar a um clube. Morando em uma república na Regente Feijó, número 795, esquina com Moraes Sales, havia vendedores de títulos em frente ao comércio. Passei em um teste para uma empresa multinacional em Sumaré e, no primeiro estágio,

quis comprar um título de clube. Ao tentar adquirir, informaram que não havia títulos disponíveis. A contradição me intrigou. O gerente, percebendo minha frustração, ofereceu-me seu próprio título, e assim tornei-me sócio. Contudo, ao enviar a documentação para formalizar a associação, atrasos inexplicáveis ocorreram. Ao questionar, disseram que não passara na comissão de idoneidade, sem explicar os critérios. Sugeriram que, se eu conhecesse um diretor, ele poderia fazer a indicação para a associação. Conheci o diretor e, ao procurá-lo, ele ficou perplexo com a situação. Essa questão persistiu por cerca de três meses, até que me encontrei em uma oportunidade: pagar para ver ou buscar outro lugar onde me sentisse mais confortável. Percebi que não seria possível no atual contexto e descobri um clube na Vila Industrial chamado Clube Cultural Recreativo Campinas, conhecido como Mechadinho. Foi lá e, desde o início, integrei o grupo de jovens, criando o Grupo Cultural de Jovens. Entre 1971 e 1973, candideti-me a presidente do clube, obtive o apoio da Velha Guarda e fui eleito presidente aos 27 anos. Conheci minha esposa lá, embora só tenhamos começado a namorar posteriormente.

Como o Direito entrou em sua vida? Foi uma mudança de rumo, saindo do sonho da

Rodrigo Zambelli



Ademir José da Silva, presidente da Comissão da Verdade pela Escravidão

Embora seja impossível ressarir os danos causados pela escravidão, é viável buscar formas de reparação. No Brasil, essa tarefa é desafiadora. É imperativo não esquecer o passado, mas, ao invés disso, mitigá-lo e estabelecer um pacto para o futuro. O objetivo é construir uma nação com menos desigualdades

Medicina para ingressar em outra área?

A entrada na Faculdade de Medicina foi logo uma realidade. Assim que cheguei em Campinas e comecei a estudar, percebi que Medicina exigia dedicação total e recursos financeiros, pois a concorrência era acirrada em virtude do número limitado de vagas, tanto para Medicina quanto para Direito. Prestei dois vestibulares para Medicina, sem sucesso, e optei por cursar Eletrotécnica no Colégio Técnico da Unicamp. Essa escolha ajudou meu desenvolvimento na empresa em que trabalhava. Realizei cursos de línguas, incluindo inglês e alemão, antes de prestar vestibular para Matemática. Ingressi no curso de Matemática na PUC, mas não me identifiquei com a área. Entretanto, minhas experiências profissionais foram ampliadas, passando por diversos setores, desde almoxarifado até o departamento pessoal, onde culdei de recrutamento e treinamento. As faculdades de Engenharia não formavam profissionais com as especializações necessárias para a empresa, e ela estabeleceu uma parceria com a Unicamp para oferecer um curso específico. Assim, acabei envolvido no campo do cálculo, participando de um curso chamado "Especialistas em Tecnologia da Informação". O curso, realizado em parceria com os laboratórios da Unicamp, durou três anos e meio, resultando na formação como especialista. Mesmo nesse cenário tecnológico, meu interesse pelo Direito persistiu. Após passar no vestibular da USP e da PUC, optei por cursar Direito na PUC, já com mais de 30 anos, casado e com filhos. Após a graduação em Direito, tornei-me sócio de uma escola de línguas, estagiei na Procuradoria do Estado e fui aprovado no OAB dos Advogados. Ao término do estágio, busquei oportunidades na Federação dos Vigilantes. Ao chegar lá, iniciamos uma conversa que resultou em uma proposta de trabalho. O processo foi desafiador, mas, ao expressar meu desejo de contribuir para a Federação, recebi uma resposta surpreendente. O representante da Federação ponderou sobre minha escolha de começar em uma instituição de relevante e, após um breve momento de reflexão, anunciou: "Você está contratado".

Ademir busca combater o racismo dia após dia

Advogado deposita esperanças em um futuro mais inclusivo



Ademir busca combater o racismo dia após dia

Advogado deposita esperanças em um futuro mais inclusivo



**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

**Seção:** Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5